

**“Amazônia” na Fronteira entre a Ciência e a Mídia:
Submissão ou Superação do Mito? ¹**

MSc. Rosane A. Steinbrenner²
Doutoranda NAEA/UFPA

RESUMO: Desde os relatos dos primeiros viajantes até as narrativas recentes presentes na mídia, a representação do espaço amazônico é cunhada pela centralidade da temática ambiental que tem como regularidade a noção renovada do “Eldorado” prometido. Uma centralidade ambiental que torna “invisível” uma crescente Amazônia urbana. O que se pretende aqui discutir é a repetição de sentidos sobre a região e refletir, pela análise crítica do discurso, como essa idéia mítica impregna o senso comum que realimenta representações sociais que influenciam seu desenvolvimento. No nosso entender, é na fronteira dos campos discursivos científico e midiático, na esfera da comunicação pública da ciência, que reside o desafio essencial de revelar a Amazônia para além do mito, no sentido de promover uma compreensão mais ampla da região, um novo imaginário, mais condizente com a realidade e complexidade amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, discurso, mito, ciência, mídia.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica - XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rosane Steinbrenner é jornalista (UFPR), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - Universidade Federal do Pará (UFPA).

“Amazônia” na Fronteira entre a Ciência e a Mídia: Submissão ou Superação do Mito?

Introdução

Ao analisar os enunciados descritivos sobre a Amazônia, é possível perceber, desde o passado remoto até a atualidade e nos diferentes campos, uma regularidade de um certo dizer ou não dizer, de um revelar e ocultar, que insere renovada uma estratégica visão mítica da região como o “Eldorado”. Desde os relatos dos primeiros viajantes a percorrerem a bacia do Rio Amazonas no século XVI até as narrativas recentes, presentes na mídia, a representação do espaço amazônico tem sido regida pela temática ambiental, cunhada pela noção do *exotismo*, ora paraíso ora inferno. Região entendida, repetidamente, como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 50 ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária, na atualidade.

É perceptível, como diz Foucault, um mesmo sistema de transcrição do que se percebe no que se diz, um mesmo uso de vocábulos e de jogo de metáforas, um certo estilo, que evidencia um caráter constante na enunciação. Uma enunciação que revela sua estratégia por regularidades através das mudanças discursivas ao longo do tempo: a natureza alçada à condição de atributo máximo de classificação, a paisagem como enquadramento central, espetacularizada por um discurso de caráter mítico, presente de formas mais ou menos semelhantes, ainda que com finalidades diversas, nos vários momentos e nos diferentes campos discursivos. O mito como ferramenta simplificadora e estratégica, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais.

A grandiosidade natural da Amazônia enquanto senso comum é, portanto, uma *invenção* - termo usado inicialmente, em 74 pelo professor Armando Mendes, depois assumido por Gondim em 94, adotado por Maués, num olhar de viés antropológico em 99 – uma invenção construída por um olhar de fora para dentro, o olhar do *descobridor*, como coloca Manuel Dutra (2006). Um olhar que percebe a região enquanto paisagem, que a prioriza enquanto bioma, mas que negligencia ou invisibiliza o ser humano que a habita.

Nesse sentido, os principais campos discursivos que disputam a produção de sentido sobre a Amazônia - em especial a tríade formada pelos campos científico, político e midiático

- parecem criar, dentro do princípio da interdiscursividade (BACKTIN, 1981), uma espécie de zona de influência de mútua afetação, marcada por uma regularidade comum, a centralidade ambiental, que tem por sua vez como efeito colateral a invisibilidade humana ou na atualidade, a opacidade da Amazônia urbana. Uma centralidade ambiental de caráter francamente contraditório e perverso, considerando-se o intenso processo de urbanização que vem se dando na região desde os anos 80 e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais.

A maioria, cerca de 70%, de seus 22 milhões de habitantes, vive atualmente em cidades (ARAGON, 2005) que sofrem de falta de infra-estrutura urbana adequada, num cenário de precária qualidade de vida³. Evidência dramática está na baixa cobertura de abastecimento de água e quase ausência de rede de esgoto. Estados da região amazônica⁴ chegam a ter piores condições de saneamento que as de países africanos mais pobre do mundo, como Somália e Etiópia (PNUD, 2005).

Mas de forma geral, as cidades da Amazônia e seu complexo quadro cotidiano de problemas urbanos não viram notícia, não invadem as páginas de jornais, revistas, noticiário, portais da internet. Não estão na agenda pública nem tampouco nas agendas de pesquisa na dimensão dos desafios que representam. Poder-se-ia dizer então que a Amazônia urbana não se configura como uma representação social (MOSCOVICI,XXX) reconhecível pelo senso comum como “Amazônia”.

Como então revelar a Amazônia para além do mito? Como contribuir para gerar um novo senso comum, capaz de promover um novo imaginário sobre a região, de dimensões mais diversas, mais condizente com a realidade integral e desafios de uma Amazônia que é silvestre, que é rural e também urbana? Algo fundamental para que o cenário da Amazônia possa ser (re)lido e então (re)considerado e inserido nas dimensões discursivas que influenciam e determinam ações ou omissões em relação ao desenvolvimento da região.

No nosso entender, é justamente na fronteira dos campos científico e midiático - espaço de interação e de influência de outros campos sociais - que reside tal desafio essencial, sutil e

³ Nas metrópoles amazônicas, com índices de urbanização superiores à 95%, em especial Belém e Manaus, ao lado das doenças causadas pelo subdesenvolvimento (infecciosas e parasitárias), já aparecem de forma acentuada e crescente os fatores típicos das grandes cidades (doenças cardíacas e câncer) referentes à um modo de vida onde o estresse urbano é fator relevante, e também as mortes por causas violentas (homicídios e acidentes de trânsito) (MOURA e SANTOS, 2000; MACHADO, 2005). Nas cidades médias amazônicas, ao contrário do que ocorre no Centro-Sul do país, apesar do crescimento populacional acentuado, oferecem um cenário de precária condições, com um grande número de trabalhadores desempregados, desqualificados e empobrecidos, refletindo níveis preocupantes de desigualdade e pobreza (Sathler et al, 2007; MATOS PEREIRA, 2006).

⁴ Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2004), feita a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apenas 5% dos domicílios no Amapá e 5,1% em Rondônia, por exemplo, são adequados do ponto de vista do saneamento. Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizado em 2002, mostra que na Etiópia, onde existiriam as piores condições de saneamento do mundo, esse índice é de 6%.

exigente que diz respeito à (re)formação da região enquanto representação social. Como coloca Lajolo (2006), a divulgação científica assume hoje papel fundamental no diálogo ciência-sociedade governo. Como coloca. “A partir das evidências, a divulgação científica constrói significado, viabilizando interpretações que acabam, em última análise, desembocando em política públicas” (2006, p.83). Nesse sentido, a comunicação pública da ciência desenvolvida na Amazônia e sobre a Amazônia coloca-se como foco central de estudo.

Em nosso projeto de tese o recorte desenhado diz respeito mais especificamente aos limites e desafios à divulgação científica desenvolvida pelas universidades públicas da Amazônia, em sua relação com os meios de comunicação de massa, em superar ou não o mito amazônico, simplificador e reducionista das diversidade e complexidades regionais. Neste artigo, o que se pretende é discutir a recorrência histórica, hegemônica e polifônica do olhar exótico e de caráter mítico sobre a região, uma repetição de sentidos que é seletiva e excludente e, portanto, comprometedoras das premissas de justiça social, leia-se equidade, do desenvolvimento sustentável⁵ da Amazônia (FERNANDES,2003).

Para isso pretendemos delinear alguns elementos e noções essenciais à formação desse imaginário mítico e exótico que configura o senso comum que é constituinte das representações mentais que, por sua vez, edificam a região enquanto representação social. Um mesmo olhar ou como diz o professor Armando Mendes, “um samba de uma nota só” a embalar, por meio de palavras, ideologias exógenas que determinam ações ou omissões em relação à Amazônia. O caminho será buscar, a partir da Análise do Discurso, as características principais da regularidade enunciada (a pressuposta centralidade da temática ambiental), para revelar o caráter ideológico do não-dito (a invisibilidade humana/urbana).

Para isso, recorreremos à interdisciplinariedade, convocando à exemplo de Fairclough (2001), um variado mosaico de categorias e perspectivas teóricas (*discurso e poder* em Foucault, *polifonia e interdiscursividade* em Bakhtin, *representações* em Moscovici, *hegemonia* em Gramsci). Recorreremos ainda à Bourdieu (1989), à sua noção de *região*, enquanto representação social e lugar de disputa de poder. Para discutir as especificidades históricas e culturais amazônicas, a ideia de sua “invenção” e mito, vamos buscar Mendes (1974), Neide Gondin (1994), Paes Loureiro (1995) e Maués (1999). Por fim, dos trabalhos de Manuel Dutra

⁵ Na sua forma mais clássica, entende-se por sustentável “um desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer às suas” (BRUNDTLAND, 1987). O desenvolvimento sustentável surge como reação à camisa de força das definições puramente econômicas, incorporando dimensões sociais e preocupações ambientais, baseado, como coloca Sachs (1990) no tripé - “prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social”.

(1999, 2005) e de Magali Franco Bueno (2004), trazemos elementos para ilustrar a discussão que aqui se esboça sobre tal centralidade ambiental, presente nos diferentes olhares sobre a região e de forma emblemática no enquadramento midiático.

Reconstrução da Amazônia mítica

De início, faz-se necessário pensar o objeto mais amplo de nosso foco, a Amazônia, ou as representações sobre a região amazônica. Segundo Bourdieu (1989), a idéia de região já em sua etimologia (*regio*) conduz ao princípio da *di-visão* - ato que consiste em “traçar as fronteiras”, em “separar o interior do exterior”. Uma região, segundo o autor, deve ser percebida como resultado de “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social, e por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p.112). Ou seja, a região não é senão resultado de um jogo de poder para impor limites a partir de uma dada visão de mundo.

O que se entende por *região* amazônica tem mudado ao longo da história, desde uma visão espacial inexistente dos primeiros colonizadores a uma visão determinada por estatuto legal⁶ nos anos 50, que se mantêm ainda hoje, até na atualidade à busca ainda incerta pela delimitação, a partir de diferentes critérios, do que se entende espacialmente pela Grande Amazônia ou Pan-Amazônia⁷. O que se tem claro é que todas as representações espaciais, em diferentes momentos e contextos, resultam de representações mentais, ou seja, de “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos” (Idem).

As representações mentais por sua vez forjam e são forjadas por representações sociais, que são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. Há que se considerar que as representações sociais, muitas vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum”, sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais (MOSCOVICINI, 1989, apud FRANCO, 2004). As representações sociais, encontra suporte e abrigo nas práticas discursivas.

6 Definida pela Lei 1806 de 1953 que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região Norte (Amapá, Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) e mais o estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão (a oeste do Meridiano 44).

7 As expressões Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira, Região Amazônica, Amazônia Sul-Americana ou mais recentemente Pan-Amazônia ou Grande Amazônia “compreendem deferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais”, porém, de forma geral, todas se referem “à maior selva tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas e às nações que têm território nestas áreas” (GUTIERREZ et alli, 2004 apud ARAGÓN,2005, p.14).

O “discurso” sobre a “região”

Todo discurso é um modo de ação, uma forma de agir sobre o mundo e também um modo de representação de conhecimento e crenças (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso, com base em Foucault (1995) vem a ser o “lugar” de trabalho da produção de sentido, onde se materializam as ideologias e as disputas pelo poder.

Em última análise, discurso é uma “prática” social. As normas dessa prática são “regras ou “regularidades”, dando conta de um certo número de enunciados. O enunciado, vem a ser o produto do ato de enunciação, manifesto em textos através da linguagem, verbal ou não verbal. Os textos, sob os quais recaem as análises discursivas, são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Logo, só se completa com a fase de contextualização (LIMA, 2006). Dessa forma, é a regra ou regularidade que ordena toda a formação discursiva de acordo com os limites históricos, culturais e ideológicos de cada campo discursivo. Ou seja, é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso.

Nesse sentido, os principais campos discursivos que disputam a produção de sentido sobre a Amazônia - em especial a tríade formada pelos campos científico, político e midiático – parecem criar, dentro do princípio da interdiscursividade (BACKTIN, 1995), uma espécie de zona de influência de mútua afetação, marcada por uma regularidade comum, a centralidade ambiental, que tem por sua vez como contrapartida o “não dito”, a invisibilidade humana ou na atualidade, a opacidade urbana, manifesta ao longo do tempo em expressões emblemáticas como a do “vazio humano”, do “pulmão do mundo” e mesmo a de “estoque genético do planeta”.

Tais enunciados têm em comum estarem reproduzindo vozes recorrentes do passado, que (re)apresentam, em momentos e contextos diferentes, a idéia mítica e exótica da região. É o que autores da análise do discurso, como Bakhtin (1995), chamam do princípio da interdiscursividade, mas que pode também ser entendido pelo princípio da *autopoiesis* em Luhmann (1996), como sistemas, campos diversos que, acoplados, se retroalimentam pelos processos comunicativos, lançando mão de códigos de sentido comum.

Seja como for, tal centralidade ambiental que tende a promover a invisibilidade de grupos humanos, em especial na atualidade das populações urbanas da Amazônia traz em si um caráter francamente contraditório e perverso, considerando-se o intenso processo de urbanização que vem se dando na região desde os anos 80 e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais.

A recorrência do mito

O que se pode perceber ao longo dos enunciados descritivos sobre a região é uma recorrência da aura mítica nos vários momentos em torno dos textos e imagens produzidos sobre a Amazônia. É o que Paes Loureiro chama do fenômeno de “auratização”, ou seja, a aura do mito renovada ao longo do tempo.

Mas do que se constitui o mito? Tal indagação remete a uma discussão hercúlea, mas aqui, neste momento, talvez baste dizer que para a maior parte das teorias⁸ crucial é a idéia de que os mitos não estão relacionados com o espaço e o tempo comuns, mas se encontram fora dele (OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996). Os que participam do mito, seja como narradores ou receptores, a exemplo da idéia de “devaneio poético” defendida por Loureiro em sua construção do imaginário amazônico, seriam transportados temporariamente do mundo cotidiano para um plano onde o tempo é considerado “sacro”, “concentrado” e de “intensidade ampliada”.

A aura mítica manifesta em expressões lendárias, como “era uma vez”, o “fim da história” ou a “Aurora dos Tempos”, assim como o mais recorrente dos mitos em torno do Novo Mundo - o do Eldorado - implica eventos passados ou futuros que não estão diacronicamente ligados ao presente. Tais atributos, segundo Loureiro estão justamente presentes na construção do imaginário sobre a Amazônia:

Para o viajante comum ou o estudioso, este constitui um princípio instaurador, princípio segundo o qual a Amazônia é concebida como um bem único e irrepetível, revelador de um *hic et nunc* que é o resultado de uma acumulação de signos do imaginário universal.[...] Percebe-se nas relações estetizantes com o real da Amazônia, que há um maravilhamento do homem, o que é próprio de quem está diante de algo que é imenso e diante do qual a pequenez do homem se evidencia. (LOUREIRO, 1995, p. 60-61)

É importante salientar que chamar a atenção para os mitos, como alega Scharzmann (1981), não significa dizer que eles sejam necessariamente errados ou ilusórios. Ninguém se atreveria a contestar, por exemplo, a grandiosidade e a diversidade ambiental amazônica. O que dá força ao mito é justamente que ele captura uma parte significativa da realidade social, como ela é e como ela é percebida pelas pessoas, e transforma tudo isso em verdades generalizadas. Nesse sentido, mito e senso comum carregam sentidos ou efeitos de sentido (VERÓN, 2004) muito mais acessíveis à percepção e ao entendimento do que a própria realidade, sempre mais intrincada e complexa. Ou seja, o mito como ferramenta facilitadora pela simplificação de conteúdos. Por isso de tão difícil superação, mas por isso também de tão necessário enfrentamento.

⁸ As teorias do mito no século XX podem ser divididas em psicológicas (Freud, Jung), funcionalistas (Malinowski), estruturalistas (Leach, Barthes) e políticas (Sorel). (OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996).

Ideologia e hegemonia na ordem do dia

Como diz Bauman (2003), palavras têm significado e algumas guardam sensações. Mas palavras não são neutras ou independentes. Revelam visões de mundo daqueles que impõem os efeitos de sentido sobre elas. Palavras deixam marcas e constroem discursos, manifestos em textos que circulam dentro e fora de seu tempo de origem e que por sua vez influenciam o significado e a transformação das relações e das coisas no mundo. Assim é com a palavra “Amazônia”, impregnada de efeitos de sentido construídos, reafirmados ou renovados ao longo do tempo, mas que ainda remetem ao mítico e sensório.

Isso significa dizer que a regularidade dos relatos pretéritos ou atuais sobre a Amazônia estruturam-se sob a lógica e estratégia dominante (Dutra, 2004). Nesse sentido, como alega Dutra, “o desconhecimento e o aparente deslumbramento recorrentes do Brasil a respeito da Amazonia não são fruto de mero descaso ou de observações fortuitas, mas são, antes, elementos de uma postura ideológica. Continua ele: “para o Brasil, tanto quanto o foi para os primeiros senhores, a região somente tem sentido, geopolítico e, conseqüentemente militar, a partir da manutenção de sua política de estoque de riquezas naturais” (DUTRA, 1999, p.4).

Para Fiorin (1995), todos os textos e imagens apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (1995, p.29). Recorrendo à Fairclough, as práticas discursivas podem ser entendidas nesse sentido como “formas materiais de ideologia”⁹.

O que está em jogo, portanto, é a imposição de sentido, a visão dominante, hegemônica daquele indivíduo, grupo ou instituição a dar a “última palavra” sobre um assunto em questão. Nesse sentido, o que está em jogo é a imposição de sentido sobre o que é a “Amazonia”, para quem e a quem serve tamanha riqueza natural, em grande parte ainda por ser revelada.

Nesse momento, é preciso recorrer a um outro conceito correlato, o de hegemonia, que fornece um “modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder” e que nos permite elaborar um foco particular sobre a questão da mudança ou manutenção de regularidades discursivas (FAIRCLOUGH, 2001). A base para a discussão sobre hegemonia

⁹As ideologias são “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais)”, em várias dimensões das formas e sentidos das práticas discursivas e que “contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Fairclough vai buscar em Gramsci (1971) – em sua análise do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária da Europa Ocidental.

São várias as significações elencadas pelo autor para o termo que, por sua pertinência, são aqui parcialmente reproduzidas:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios do econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade [...] Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.122)

Dutra exemplifica já na introdução de seu livro “A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...”(2004) esta correlação ideologia-hegemonia ao afirmar que:

Distinta entre outros *lugares*, a Amazônia, como enunciado catalisador de múltiplos discursos, mantém e realça fragmentos daqueles sentidos que podemos considerar como fundadores dos discursos das *descobertas*, produto e produtores de uma polarização instituída por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e, no mesmo processo, promove a invisibilidade humana. (DUTRA, 2005, Introdução, s/p).

A grandiosidade natural da Amazônia enquanto senso comum é, portanto, uma obviedade construída por um olhar de fora para dentro, o olhar do *descobridor*, que percebe a região enquanto paisagem, que a prioriza enquanto bioma, mas que negligencia ou *invisibiliza* o ser humano que a habita.

“Eldorado” recontextualizado

Entre os mitos de atração para o Novo Mundo, o “Eldorado como afirma Katherine Manthorne (1996), provou ao longo do tempo - e continua provando - ser historicamente o mais importante.

A lenda da época da colonização que falava de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço, com tesouros em quantidades inimagináveis atraiu os primeiros viajantes no século XVI, reeditado no século XIX sob a forma de curiosidade enciclopédica, compeliu naturalistas a cruzarem o oceano e embrenharem-se na Amazônia, como também, tempos depois, o mito do Eldorado revisitado iria atrair milhares de migrantes pelas promessas do “ouro negro” no auge do ciclo da borracha já no final século XIX, ou, mais recente, pela conquista do “ouro amarelo” nos garimpos no interior da floresta. Também a idéia da “última fronteira” ou do acesso fácil à uma terra sem lei e sem dono *a partir dos anos 70/80*, podem ser entendidas como formas recontextualizadas do mito do Eldorado amazônico.

A partir dos anos 90, o mito edênico renova-se agora sob a noção da sustentabilidade e da biodiversidade. Com a globalização, a natureza, como coloca Bertha Becker (2004), “é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência”. Com isso, decidir sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, torna-se uma forma de controlar o capital natural futuro. Nesse sentido, a disputa das potências detentoras da tecnologia pelos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos, incide vigorosamente sobre o Brasil, em especial sobre a Amazônia. É portanto na condição de Eldorado reeditado que o “imenso capital natural” da região tem seu valor renovado.

Amazônia na mídia

Essa noção mítica e exótica da região se evidencia de forma contumaz no discurso midiático, narrador privilegiado a construir o imaginário popular e a influenciar os outros campos de disputa de sentido do que vem a ser “Amazônia”. A temática ambiental, impregnada por *reiteraões* do mito, pela *explicitação* de uma permante *redescoberta*, domina também o espaço destinado à cobertura dos “fatos” relativos à Amazônia.

Vários estudos sobre o discurso midiático sobre a região apontam isso - como os já citados aqui, de Dutra (2005), Bueno(2002), Santos (2004) e também a observação corriqueira das veiculações sobre a Amazônia na mídia (em programas de TV, jornais e revistas, em sites e portais da internet) revela com facilidade esta escolha.

Seja no sentido de louvação ou de denúncia à destruição das riquezas naturais, impera, de forma geral, usando outro termo emprestado do prof. Armando Mendes, uma única *pregação* - a natureza, elevada à condição de atributo máximo de classificação da Amazônia. Ou seja, como diz Dutra (2004), não há *novidade* nos sentidos sobre a Amazônia veiculados pela mídia.

De certa forma, essa repetição de sentidos pode ser percebida também no campo político, de maneira ainda mais nítida durante o período eleitoral, quando o discurso de campanha é discurso político e publicitário, onde se faz valer a característica de sedução, a idéia do convencimento do “outro”, através de “verdades que vão ao encontro de verdades já reconhecidas pelo receptor” (DUTRA, 2005).

De forma emblemática, tanto no discurso midiático quanto no discurso político, há uma tendência a dizer aquilo que se sabe que o outro vai reconhecer, e portanto, aceitar com menor resistência. Cada emissor elabora o seu “outro”, imagina seu público-alvo de formas diferentes. Essas modalidades específicas conformam o que é conhecido como modo de endereçamento, que tem a ver com o que, em semiótica, se denomina “contrato de leitura”

(VERÓN, 1985), isto é a forma através da qual o emissor interpela seu público como sujeito do seu discurso.

Ao observar, por exemplo, o tratamento dado à Amazônia durante a recente campanha presidencial, mais especificamente focando as falas dos candidatos sobre a Amazônia durante os debates televisivos, realizados no segundo turno das eleições de 2006, evidenciam-se, de forma emblemática os elementos do “contrato de leitura” entre enunciador e receptor.

Ou seja, falou-se ou deixou-se de falar sobre a Amazônia o que já era esperado. De início, foi possível perceber duas regularidades nos discursos de ambos os candidatos. A primeira delas, dominante, era a grande ausência da “Amazônia” enquanto tema eleitoral, com toda a complexidade dos dilemas e desafios ao seu desenvolvimento. A segunda era mais uma vez a exclusividade da temática ambiental¹⁰.

Tal centralidade ambiental, se compatível com as representações históricas apropriadas pelo senso comum e portanto factíveis como escolha do discurso político e midiático, enfrenta franca e grave contradição diante da dimensão dos dilemas do desenvolvimento e, de forma mais específica, quando leva-se em conta o que ela oculta - o intenso processo de urbanização que vem se dando na região.

A “invisível “ Amazônia urbana

Ao lado de sua megadiversidade ambiental¹¹ presente na escala continental de suas florestas tropicais e de sua enorme diversidade étnica e cultural, a Amazonia Brasileira ou Amazônia Legal tem sido predominantemente urbanizada desde pelo menos 1980 (BROWDER;GODFREY, 2006). A Amazonia Brasileira ou Amazônia Legalⁱ tem sido predominantemente urbanizada desde pelo menos 1980. A maioria de seus 20 milhões de habitantes, assim como crescentes proporções das populações dos países vizinhos, vive atualmente em cidades (ARAGON, 2005; REY, 2002).

Nas últimas três décadas, a região sofreu um intenso processo de inversão demográfica, quando a população urbana na Amazônia Brasileira passou de 35,7% para 68,2% (SUDAM/PNUD, 2001 apud ROCHA, 2006). No ano 2000, duas de suas cidades, Belém e Manaus, atuando como metrópoles regionais, já ultrapassavam a casa de um milhão

¹⁰ Somente na última semana da campanha eleitoral, no último (Rede Globo - 27 de Outubro de 2006) dos quatro debates de televisão realizados no segundo turno a Amazônia entra na pauta, reduzida a sua classificação notória, ou seja, circunscrita, e apenas taticamente, à questão florestal (na acusação de “privatização da (floresta na) Amazônia” e na disputa entre quem desmatou mais, governo FHC ou Lula).

¹¹ Em termos de biodiversidade amazônica, estudos indicam que nada menos que 10% das espécies existentes sobre a Terra estão concentradas em 6,7 milhões de km² de florestas contínuas em que sobrevive metade das florestas tropicais do mundo. São mais de 40.000 espécies de plantas, 435 de mamíferos (9% do total mundial), 1.300 aves e algo entre 3.000 e 9.000 de peixes de água doce (30% do total mundial). Ciência & Ambiente, n. 31, Dezembro de 2005.

de habitantes, todas com grau de urbanização acima de 95%, com exceção de Porto Velho e Rio Branco, mas ao contrário do mesmo processo de inversão ocorrido nos anos 60 no Sul-Sudeste do país, as dinâmicas da rápida urbanização da Amazônia, são desarticuladas do processo de industrialização regional. Segundo Browder & Godfrey (em seu livro *Cidades na Floresta*, editado no Brasil no ano passado pela UFAM):

[...] a urbanização na Amazonia está, de forma estrita, interconectada com a exploração dos recursos naturais e com as migrações para os assentamentos de fronteira. A Amazônia também funciona mais como uma extensão de alto custo do mercado consumidor interno do que como uma área de produção no Brasil (2006, p.32)

O ritmo e a direção dessa urbanização na Amazônia não é homogêneo. No Estado do Amazonas, por exemplo, Manaus ampliou participação relativa no total da população do estado (de 32,4% em 1970, para 49,4% em 2000), já no Estado do Pará, não foi a capital mas as cidades médias paraenses, como Santarém, Marabá e Castanhal, que mais ampliaram a participação de sua população.

A expansão da população rumo às cidades médias apresenta por sua vez, contexto também diferente do que se observa no Sudeste do país. Na Amazônia, segundo estudo de Matos Pereira (2006), as cidades médias apresentam “precária qualidade de vida, um grande número de trabalhadores desempregados, desqualificados e empobrecidos”.

Pode-se dizer que de forma geral, as cidades da Amazônia, sofrem com a falta de infra-estrutura urbana adequada, o que se evidencia de forma dramática na baixa cobertura de abastecimento de água e quase ausência de rede de esgoto. De acordo com dados divulgados pelo PNUD (2005), a região Norte do Brasil tem condições de saneamento piores que as de países africanos como Somália e República Democrática do Congo, que ainda vivem grande instabilidade interna.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2004), feita a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apenas 5% dos domicílios no Amapá e 5,1% em Rondônia, por exemplo, são adequados do ponto de vista do saneamento. Na Etiópia, esse índice é de 6%. Ou seja, estados da região amazônica possuem piores condições de saneamento que a dos países mais pobres do mundo. Esta é uma realidade que atinge mesmo as metrópoles amazônicas.

Estudo de Moura e Santos (2000) mostra, segundo dados de 1996, que em Manaus - município que concentra 50% da população total do Estado, com um elevadíssimo grau de urbanização e que abriga atividade industrial de alta tecnologia, apenas 2,3% da população de cerca de 1 milhão e 300 mil habitantes é atendida por abastecimento de água, somente 2,5% tem coleta de esgoto e 43% dos dejetos domésticos produzidos são despejados diretamente

nos igarapés. Cenário ideal para a a proliferação de doenças infecciosas e parasitárias, ainda hoje a principal causa da mortalidade de crianças menores do que cinco anos no país.

A estrutura de mortalidade por causa nos oferece informações que melhor captam, como ensina HOGAN(1999), essa dimensão sócio-ambiental, das transformações urbanas. O que se pode perceber é que, nas grandes metrópoles amazônicas, ao lado da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias – ligadas às precárias condições socioeconômicas, as chamadas doenças do subdesenvolvimento - que continuam altas, ainda que com tendência de declínio, já aparece de forma acentuada e crescente os fatores típicos das grandes cidades – doenças cardíacas ou o câncer, referentes à um modo de vida onde o estresse urbano é fator relevante, como também as mortes por causas violentas.

Em Manaus, por exemplo, o estudo de Moura e Santos indica um significativo crescimento dos óbitos causados por acidentes de trânsito e homicídios, colocando em cena, entre outros, fatores como a criminalidade suburbana, o desrespeito ao Código de Trânsito, o aumento da violência doméstica, fatores que acabam por determinar um novo quadro na mortalidade urbana” no município de Manaus.

Em Belém, conforme estudo de Maria das Dores Machado (2005), a situação não é diferente. Segundo a autora, durante as últimas quatro décadas, período de intensificação de sua urbanização, “aumentou o número de homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e outros provocados pela violência, associados ao estresse oriundo do estilo de vida urbana, aos fatores ambientais, às mudanças psicossociais e à desintegração sócio-cultural”.(MACHADO, 2005, p.178)

Entretanto, de forma geral, as cidades da Amazônia e esse quadro cotidiano de problemas urbanos permanecem “invisíveis”, não viram notícia, não estão na agenda pública nem tampouco nas agendas de pesquisa na dimensão dos desafios que representam.

Conclusões

A partir da discussão aqui travada é possível alinhar as seguintes hipóteses conclusivas:

- ✓ Há uma preocupante *invisibilidade do urbano* na Amazônia que se evidencia como efeito colateral de uma reconhecida *centralidade ambiental*, que é por sua vez histórica, estratégica e polifônica, ou seja, reconhecível nas várias vozes evocadas pelos múltiplos campos de produção de sentido sobre a Amazônia, em especial a tríade formada pelos campos científico, político e midiático.
- ✓ Os principais campos discursivos que disputam a produção de sentido sobre a Amazônia – científico/midiático/político – criam uma espécie de zona de influência de mútua afetação, marcada por uma regularidade que tem como elemento constitutivo o

mito edênico, na idéia renovada do “Eldorado”, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais.

- ✓ Essa idéia mítica e mágica sobre a Amazônia impregna de sentidos o senso comum que realimenta o imaginário e as representações sociais sobre a região que a definem pela lógica hegemônica como permanente fonte de recursos naturais para a solução de problemas externos. A centralidade da temática ambiental se evidencia de forma contumaz no discurso midiático, narrador privilegiado a construir o imaginário popular e a influenciar os outros campos de disputa de sentido do que vem a ser “Amazônia”.
- ✓ Nesse sentido, a Amazônia urbana não se configura como uma representação social reconhecível pelo senso comum como “Amazônia”. Tal centralidade ambiental que tende a promover a invisibilidade de grupos humanos, em especial na atualidade das populações urbanas da Amazônia, traz em si um caráter francamente contraditório e perverso, considerando-se o intenso processo de urbanização que vem se dando na região desde os anos 80 e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais.
- ✓ Revelar a Amazônia para além do mito é fundamental para a construção de um novo imaginário sobre a região, capaz de gerar novas representações sociais - que por sua vez influenciam ações e/ou omissões em relação ao desenvolvimento da região - de dimensões mais diversas, mais condizentes com a realidade integral e desafios de uma Amazônia que é silvestre, que é rural e também urbana.
- ✓ Acreditamos que é na fronteira dos campos científico e midiático - espaço de interação e de influência de outros campos sociais - na comunicação pública da ciência desenvolvida na Amazônia e sobre a Amazônia, que reside tal desafio essencial, sutil e exigente que diz respeito à (re)formação da região enquanto representação social.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikail. O Discurso de Outrem. In: *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. pp.144-173.

_____. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária.

In: *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 2ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (pp. 3-45)

BROWDER, John O. E GODFREY, Brian J. *Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. 384 p.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiros sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP, São Paulo, 2002. 187 p. Disponível em http://www.Dissertação_Magali_Saber_USP.pdf Acessado em 05.11.2006.

- DUTRA, Manuel Sena. *A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...* Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.
- _____. *Amazônia: antigas e novas representações*. In: Dutra, Manuel. *O Pará dividido*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (pp. 23-77)
- FRANCO, Maria Puglisi Barbosa. Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004
- Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf Acessado em 12.01.2007.
- GONDIN, Neide, *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- LAJOLO, Franco. Divulgação Científica e Responsabilidade Social. In: In: Glória Kreinz, Ciro Marcondes Filho, Crodowaldo Pavan (Org.). *Círculos Crescentes: pesquisa e história na divulgação científica brasileira*. Coleção Divulgação Científica, volume 9. São Paulo: NJR/ECA/USP, 2006.
- LOUREIRO, João Jesus de Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995. 448 p.
- LUHMANN, N. *Sistemas Sociais: Lineamentos para uma teoria general*. Barcelona: Anthropos; México: Universidade Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA. 1998.
- MACHADO, Maria das Dores de J. Uma metodologia para medir diferenças intra-urbanas de saúde. In: Aragón, Luiz E. (org). *Populações da PanAmazônia*. NAEA/UFPA/UNESCO: Belém, 2005. pp177-189.
- MANGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 2ªed., 1993.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra "invenção" da Amazônia: Religiões, Histórias, Identidades*. Belém: Cejup, 1999. 283 p.
- PEREIRA, José Carlos M. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: DUARTE CARDOSO, Ana C.(org). *O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém:EDUFPA, 2006. pp.23-54.
- PNUD/ BRASIL. *Em esgoto, região Norte é pior que África*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/saneamento/reportagens/index.php?id01=1016&lay=san> Acessado em 10 de Dezembro de 2006.
- PINTO, Milton José. *Comunicação & Discurso: Introdução à análise de discursos*. 2ª ed. São Paulo: Hackers Editores, 2002.
- ROCHA, Gilberto de M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: Aragón, Luiz E. (org). *Populações da PanAmazônia*. NAEA/UFPA/UNESCO: Belém, 2005. pp. 141-152.
- SANTOS, Carlos. A. e MOURA, Helio A.A *Mortalidade por Causas Externas no Município de Manaus*. ABEP: Caxambu, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VERÓN, Eliseo. *A análise do "Contrato de Leitura" : um novo método para os estudos de posicionamento de suportes impressos*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.
- _____. *Fragmentos de um tecido*. Série Comunicação. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
-